



MUDANÇAS NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO NÚCLEO DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR - RMS

Ângela Maria Carvalho Borges*

RESUMO: *O estudo analisa o impacto da reestruturação produtiva da década de 90 sobre a estrutura ocupacional do núcleo estruturado do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. Baseado nos dados da RAIS para os anos de 1989 e 1999, mostra a retração das ocupações ligadas à produção de bens - particularmente as Ocupações Industriais e as ocupações Braçais não qualificadas - e das ocupações não manuais de rotina, simultaneamente à expansão de dois grandes conjuntos de ocupações dos Serviços: aquelas ligadas aos Serviços de Produção - onde se expandiram, sobretudo, as ocupações menos qualificadas - e aquelas ligadas aos serviços educacionais e ao trabalho técnico-profissional em diversas áreas dos Serviços, mas, particularmente, na Administração Pública. Mostra também a perda de qualidade dos postos de trabalho de quase todos os agrupamentos ocupacionais, inclusive os mais qualificados, evidenciada nas expressivas perdas salariais acumuladas no período. Por fim, discute esta re-configuração da estrutura ocupacional metropolitana à luz do debate sobre as mudanças nas divisões internacional e inter-regional do trabalho que acompanham a reestruturação contemporânea do sistema capitalista.*

Palavras chave: Ocupação; Polarização; Mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

O debate acerca dos impactos das transformações contemporâneas do capitalismo sobre o mercado de trabalho tem resultado em poucos consensos além da elevação do desemprego e da expansão das formas flexíveis de contratação. Essa falta de consenso é particularmente visível quando se trata de caracterizar o novo perfil das ocupações gestado pelas mudanças tecnológicas, pela redução do emprego industrial e pelas intensas mudanças na divisão internacional do trabalho.

No entanto a consideração das mudanças na estrutura das ocupações é indispensável porque, assim como a distribuição setorial do emprego e a segmentação dos postos do trabalho em duas esferas - a privada e a pública/estatal -, ela se constitui numa dimensão fundamental para a determinação do perfil mercado de trabalho e da própria estrutura social de um país, região ou cidade.

Nesta comunicação são apresentados os resultados de um estudo voltado exatamente para a apreensão dessa dimensão das transformações que ocorreram no mercado de trabalho da RMS, durante a reestruturação produtiva dos anos 90. Busca-se ressaltar as especificidades da estrutura ocupacional regional que a distinguem daquelas dos países desenvolvidos e, mesmo, do perfil ocupacional encontrado nas metrópoles do sudeste brasileiro.

* Doutora em Ciências Sociais pela UFBA, Professora da Escola de Serviço Social da UCSAL e Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho - NET/UCSAL. Esta comunicação apresenta alguns resultados da sua tese de doutorado. E-mail: angelamc@ucsal.br



A observação tomou como universo os postos de trabalho existentes no núcleo estruturado do mercado de trabalho, espaço que concentra os vínculos empregatícios formalizados do setor público e do privado, e onde são determinados o perfil e as possibilidades de expansão da ocupação no segmento não estruturado da economia regional. Os dados utilizados são os da RAIS - que garantem uma cobertura quase censitária do segmento formal do mercado de trabalho brasileiro – para os anos de 1989 e 1999.

Para contornar as dificuldades decorrentes de possíveis de erros de informação, optou-se aqui por trabalhar com os dados mais agregados. Assim, partindo dos Grandes Grupos e em Subgrupos Ocupacionais da CBO, foram definidos sete grandes agrupamentos (*Técnicos, Professores e Outros Técnicos, Direção Superior, Ocupações Administrativas, Ocupações do Comércio, Ocupações dos Serviços de Produção e dos Serviços Pessoais, Ocupações Industriais e Ocupações da C. Civil, Cond. de Veículos e Braçais não Classificados*), destacando-se os subgrupos mais representativos quando necessário.

A análise começa pela observação da composição do emprego segundo as grandes categorias ocupacionais, observando as mudanças nela ocorridas entre 1989 e 1999 e, em seguida, é feita uma breve comparação entre a estrutura das ocupações no núcleo do mercado de trabalho da RMS e a das demais regiões metropolitanas do país.

Na segunda parte, faz-se uma rápida avaliação da qualidade dos postos de trabalho de cada uma dessas categorias, baseada em indicadores da retribuição dos postos de trabalho em termos de rendimentos. Por fim, em uma breve conclusão, discute-se a relação entre essas transformações na estrutura ocupacional e a posição periférica da RMS nos contextos nacional e global.

A ESTRUTURA OCUPACIONAL E AS MUDANÇAS DA DÉCADA

A estrutura das ocupações do núcleo do mercado de trabalho da RMS espelha algumas das principais características deste mercado: predominância do emprego no Terciário, pequena representatividade das atividades industriais, forte presença do setor público/estatal como empregador, além de poucas atividades com capacidade de geração de empregos, isto é, concentração de postos de trabalho em poucos espaços produtivos, redundando numa estrutura ocupacional relativamente pouco diversificada.

Quatro grandes agrupamentos ocupacionais concentram os postos de trabalho do núcleo do mercado de trabalho metropolitano: as *Ocupações Administrativas*, as *Ocupações da Construção Civil e Condutores de Veículo*, os *Técnicos, Professores e Outros Técnicos* e as *Ocupações dos Serviços de Produção e dos Serviços Pessoais*. Somados, esses agrupamentos mantiveram em torno de 71% a sua participação na estrutura ocupacional, durante a década (Tabela 1).

QUADRO 1
 EMPREGOS EM 31/12, SEGUNDO AGRUPAMENTOS OCUPACIONAIS,
 RMS, 1989 - 1999

AGRUPAMENTOS OCUPACIONAIS	%	
	1989	1999
Técnicos	5,2	8,0
Engenheiros Arquitetos	0,9	0,6
Técnicos Desenhistas Técnicos	2,1	2,4
Médicos, Dentistas	1,0	2,9
Professores e Outros Técnicos	13,0	13,9
Professores	12,4	13,0
Direção Superior	1,1	2,6
Ocupações Administrativas	32,3	24,9
Chefes Intermediários Admin.	0,4	0,3
Agentes de Administração Pública	17,5	8,1
Trab Serv Administrativos	8,3	9,6
Ocupações do Comércio	5,9	6,5
Vendedores, Empregados de Comércio	3,2	4,1
Ocupações dos Serv. Produção e dos Serv. Pessoais	12,4	19,7
Ocupações Industriais	8,2	6,5
Ocupações da C. Civil, Cond. Veículos, Braçais não Qualif.	14,5	12,5
Trabalhadores da Construção Civil	2,3	3,4
Condutores de Veículos de Transportes	2,9	3,2
Trabalhadores Braçais não Classificados	4,7	0,8
Ignorado	7,3	5,4
Total	100,0	100,0

FONTE: MTE/RAIS

Uma análise mais detalhada de cada um desses subconjuntos revela que a maior concentração ocupacional é formada pelas *Ocupações Administrativas* que representavam quase 1/3 dos empregos em 1989. Esta concentração é explicada, em grande parte, pelo peso da Administração Pública no mercado de trabalho formal da RMS, uma vez que aí estão classificados os Agentes da Administração Pública, os quais, sozinhos, representavam nada menos que 17,5% dos postos de trabalho existentes na RMS, no início do período estudado. Do mesmo modo, a perda de posição desse agrupamento, durante a década de 90 decorreu, sobretudo, de mudanças na Administração Pública – dentre as quais, o processo de informatização - que reduziram acentuadamente o número de trabalhadores necessários à realização das tarefas não manuais de rotina, implicando um corte de, aproximadamente, 55 mil vagas de Agentes Administrativos e um recuo para 8,1%, em 1999, da participação desse segmento ocupacional no estoque de vagas.

Ainda nesse grande agregado ocupacional, entre 1989 e 1999, observou-se uma redução da categoria formada pelos Chefes Intermediários Administrativos, fenômeno coerente com o corte de níveis hierárquicos que acompanha os novos modelos de gestão implementados nesse período. Como resultado dessas mudanças, no final da década, a participação das *Ocupações*

Administrativas no total de vagas do núcleo do mercado de trabalho, embora ainda expressiva, havia caído de 1/3 para aproximadamente 1/4 deste total.

Outro segmento com participação expressiva na estrutura ocupacional do núcleo se retraiu durante a década de 90 é aquele formado pelas ocupações ligadas à produção (redução de 22,7% em 1989 para 19% em 1999). Nesse grande agregado, são predominantes as *Ocupações da Construção Civil, Condutores de Veículos e Braçais não Classificados*, as quais reduziram a sua participação de 14,5% para 12,5% no total de postos de trabalho existentes. Já as *Ocupações Industriais*, categoria na qual está incluída a maior parte das ocupações típicas da Indústria de Transformação, que no início do período em estudo já contribuíam com apenas 8,2% para o total de empregos formais na RMS, reduziram ainda mais o seu peso no estoque de vagas (6,5%, em 1999).

Essa menor participação das ocupações tipicamente industriais na estrutura ocupacional do mercado de trabalho formal da RMS é um dos fatores que explicam a reduzida amplitude de ocupações existentes na região, uma vez que essas atividades caracterizam-se exatamente por gerar uma variedade muito grande de ocupações, correspondente à grande diversidade de seus processos produtivos.

Os dados mais desagregados mostram que durante os anos 1990, dentre essas ocupações mais ligadas à produção, ocorreu uma queda no subgrupo dos Braçais não Classificados e na maior parte dos subgrupos ocupacionais típicos da Indústria de Transformação, neste último caso atingindo trabalhadores especializados como os “operadores da indústria química”, os “ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas” e os “eletricistas-eletrônicos”, reduzindo ainda mais a sua representatividade na estrutura ocupacional da RMS. Contrariamente, no mesmo período, ocorreu uma expansão dos subgrupos ocupacionais típicos da Construção Civil e dos Condutores de Veículos.

Entre os agrupamentos ocupacionais mais numerosos no mercado de trabalho formal da RMS, destaca-se o dos *Técnicos, Professores e Outros Técnicos* responsáveis por 18,2% dos empregos existentes em 1989 e por 21,9% no final da década de 90. No subgrupo formado estritamente pelos Técnicos, com apenas 5,2% das vagas em 1989, a ampliação da participação no estoque de empregos decorreu da expansão tanto das ocupações profissionais especializadas na prestação de serviços de saúde – com nível superior ou apenas com o 2º grau – como das ocupações técnicas de 2º grau, de uma maneira geral.

Nesse subgrupo, que apresentou um saldo positivo de cerca de 20 mil novas vagas, um dos poucos segmentos ocupacionais que perdeu postos de trabalho foi aquele formado pelos Engenheiros e Arquitetos, fortemente afetado pelo baixo volume de investimentos na Construção Civil e pelas mudanças verificadas na Indústria de Transformação e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública – a exemplo de privatizações, mudanças tecnológicas e o processo de terceirização – as quais, em alguns casos, se traduziram na redução do número desses profissionais e, em outros, na alteração da forma de contratação, geralmente levando à substituição do vínculo empregatício por contratos por prestação de serviços ou consultorias (processo de desassalariamento).

No subgrupo dos Professores e Outros Técnicos, cuja participação na estrutura evoluiu de 12,4%, em 1989, para 13,0%, em 1999, tornando-o o maior subgrupo ocupacional do setor formal do mercado de trabalho metropolitano, o incremento no período (aproximadamente 10.600 novas vagas) resultou da expansão de quase todos os seus subgrupos, mas, principalmente, do incremento da sua principal ocupação, a dos Professores.

Em quarto lugar, participando com 12,4% do total de vagas no início do período, encontravam-se as *Ocupações dos Serviços de Produção e dos Serviços Pessoais*, sendo cerca de 30% delas típicas dos Serviços Pessoais e aproximadamente 70% relacionadas com os Serviços de Produção. Esse segmento ocupacional apresentou incremento expressivo nos anos 1990,

puxado pela expansão de categorias ocupacionais pouco qualificadas, como aquelas incluídas no subgrupo Trabalhadores dos Serviços de Administração, Conservação e Limpeza de Edificações (aproximadamente 34 mil novos postos de trabalho); o subgrupo dos Trabalhadores dos Serviços de Higiene e Embelezamento (cerca de 11 mil novas vagas) e, também, as ocupações associadas à hotelaria e ao turismo. No final da década, esse grande agrupamento ocupacional totalizava a maior geração líquida de postos de trabalho – quase 53 mil –, elevando a sua participação no total de empregos para aproximadamente 20%, e passando a ocupar a segunda posição na hierarquia ocupacional do setor formal da RMS.

Com peso bem menos expressivo na estrutura do emprego formal metropolitano, aparecem as *Ocupações do Comércio*, cujo percentual evoluiu de 5,9%, em 1989, e 6,5%, em 1999, em consequência do aumento do número de vagas no subgrupo dos Vendedores e Empregados de Comércio e as *Ocupações de Direção Superior*, as quais, contribuindo com apenas 1,1% das vagas em 1989, mais do que dobraram esta participação no final do período (2,6%), agregando mais 10 mil novos postos de trabalho. Observe-se, no entanto, que a performance positiva deste último agrupamento ocupacional deveu-se, principalmente, ao aumento do número de vagas na Administração Pública, uma vez que as ocupações de direção e gerência de empresas apresentaram expansão moderada. De qualquer modo, é curioso observar que, ao cabo de uma década de reestruturações e de enxugamentos, as ocupações de *Direção Superior* ampliaram, ao invés de reduzir a sua participação no estoque de empregos, revelando que a redução dos níveis hierárquicos se verificou com maior intensidade nos escalões intermediários.

Em cada um desses grandes agregados ocupacionais, pouquíssimos subgrupos concentram a maior parte dos postos de trabalho, confirmando a reduzida amplitude ocupacional no segmento formal do mercado de trabalho regional. Esta característica é ainda mais visível nas informações desagregadas por ocupação, as quais revelam que, em 1989 as 10 ocupações mais numerosas respondiam por aproximadamente 45,9% das vagas existentes no mercado de trabalho formal, e as 50 com frequência mais elevada somavam 70,9% do total. No final da década de 90, estes percentuais eram de, respectivamente, 43% e 76,4%.

Quando observada a distribuição setorial das ocupações, vê-se que esse conjunto de mudanças acima referido introduziu algumas alterações reveladoras de uma nova geografia dos postos de trabalho. Constata-se, por exemplo, que, na Indústria de Transformação, ocorreu redução absoluta das ocupações ligadas aos Serviços de Produção e aos Serviços Administrativos, assim como das Ocupações Técnicas de 2º grau, as quais, no entanto, expandiram-se nos setores de Serviços, Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e na Construção Civil.

Do mesmo modo, entre 1989 e 1999, ocorreu uma acentuada redução – de aproximadamente 30% para 9% – na participação da Indústria de Transformação e dos SIUP no estoque de Ocupações Técnicas, sendo que, na Indústria de Transformação, o declínio dessas ocupações foi maior até do que o ocorrido nas *Ocupações Industriais*.

No sentido inverso, a Administração Pública ampliou de 11,3% para 46,7% a sua participação no subgrupo das Ocupações Técnicas, aumento que reflete uma mudança no perfil dessas atividades, no sentido da ampliação do espaço para as ocupações mais qualificadas (*Técnicos, Professores e Outros Técnicos e Direção Superior*) as quais, durante a década, elevaram de 39,3 para 46,5% a sua participação no emprego total desse setor, em detrimento das ocupações não manuais de rotina (*Ocupações Administrativas*).

Ou seja, ainda que o subgrupo das Ocupações Técnicas tenha se expandido igualmente no Comércio, nos Serviços e na Agropecuária, esse crescimento apenas equivaleu às perdas observadas na Indústria de Transformação. Com isso, durante os anos 1990, o crescimento do emprego típico de profissionais com nível universitário dependeu, principalmente, da

Administração Pública transformada, assim, no principal espaço de trabalho assalariado formal para esses profissionais na RMS. Trata-se de um resultado desconcertante para aqueles que, no entusiasmo do avanço neoliberal, fizeram suas apostas numa crescente incorporação de trabalhadores qualificados nas atividades empresariais beneficiadas pela abertura e desregulamentação da economia.

QUADRO 2
PRINCIPAIS ESPAÇOS DE EXPANSÃO E DE RETRAÇÃO DO EMPREGO FORMAL, RMS,
1989/1999

EMPREGOS CRIADOS	(Em mil)	EMPREGOS DESTRUÍDOS	(Em mil)
GRUPOS OCUPACIONAIS/SETORES	N	GRUPOS OCUPACIONAIS/SETORES	N
Ocupações dos Serviços de Apoio à Produção nos Serviços	33,5	Agentes da Administração Pública na Administração Pública	45,0
Ocupações Técnicas na Administração Pública	21,0	Trabalhadores Braçais não classificados, em quase todos os setores	23,3
Ocupações ligadas ao Turismo e Serviços Pessoais na Administração Pública	16,5	Ocupações Industriais na Indústria de Transformação	15,9
Ocupações Técnicas ligadas à saúde na Administração Pública	10,5		
Ocupações ligadas ao Turismo e Serviços Pessoais nos Serviços	9,4		
Ocupações ligadas à Construção Civil	7,7		

FONTE: MTE/RAIS

No setor Serviços, espaço em expansão, poucos grupos registraram saldos negativos, entre os quais o já citado subgrupo dos Engenheiros e Arquitetos e as *Ocupações Industriais*, indicando que, nestes casos, os enxugamentos verificados na Indústria de Transformação não foram compensados pela criação de vagas nas atividades terciárias.

Como resultado desse conjunto de mudanças aqui sumariadas, durante os anos 1990, foram sendo configurados, no núcleo do mercado de trabalho metropolitano, algumas bacias de emprego e alguns espaços em retração, os quais podem ser identificados no Quadro 2.

DIFERENÇAS ENTRE AS ESTRUTURAS OCUPACIONAIS METROPOLITANAS

As especificidades do núcleo do mercado de trabalho da RMS, anteriormente ressaltadas, tornam-se mais salientes quando se compara a sua estrutura ocupacional com a de outros mercados de trabalho metropolitano do país.

Primeiro, observa-se que, em 1989, dentre as Regiões Metropolitanas, a RMS destacava-se por apresentar a maior participação das *Ocupações Administrativas*, fenômeno explicado pelo elevado peso do Estado como empregador nesta região e pela forte predominância dos Serviços de uma maneira geral. Nos anos 1990, como visto, em decorrência da retração destes postos de trabalho no setor público, a participação dessas ocupações no núcleo do mercado de trabalho desta região foi drasticamente reduzida, aproximando-se dos resultados observados nos demais mercados metropolitanos, tanto no início como no fim do período analisado (aproximadamente 23% e 25% do estoque de vagas).

Percebe-se ainda que, também no final da década de 80, relativamente às demais Regiões Metropolitanas do país, a RMS apresentava o segundo menor percentual nas *Ocupações Industriais* e de *Direção Superior*, e que a sua proporção de *Técnicos e de Professores e Outros Técnicos* no seu mercado de trabalho formal encontrava-se entre as mais baixas.

Durante a década, acentua-se ainda mais a perda de posição relativa das *Ocupações Industriais*, mantendo inalterada a posição da RMS como o mercado de trabalho com a menor representatividade com relação a este tipo de ocupação, depois de Belém. Quanto às *Ocupações de Direção Superior* e as *Ocupações Técnicos e de Professores e Outros Técnicos*, no entanto a RMS destacou-se como uma das poucas regiões onde elas se expandiram: o aumento do número de vagas no subgrupo dos Professores e Outros Técnicos ocorreu em todos os mercados de trabalho metropolitanos, refletindo a expansão das redes pública e privada de ensino, particularmente de 2o e 3o graus, mas as ocupações do subgrupo dos Técnicos cresceram apenas na RMS e em Curitiba.

Por fim, o núcleo do mercado de trabalho da RMS compartilha com os demais mercados de trabalho metropolitanos o aumento na participação das ocupações dos Serviços de Apoio à Produção. A ampliação generalizada deste espaço ocupacional na estrutura dos mercados metropolitanos traduz as mudanças na divisão do trabalho acarretadas pelos novos modelos de gestão e, particularmente, pelo processo de terceirização, sendo igualmente reveladora do novo perfil que vem assumindo a demanda por força de trabalho no núcleo organizado da economia brasileira.

ALGUNS INDICADORES DA QUALIDADE DO EMPREGO

Embora o próprio perfil das ocupações em expansão e em retração já revele algo do caráter das transformações em curso, é importante agregar alguns dados sobre os rendimentos, aqui tomados como indicadores sintéticos da qualidade dos postos de trabalho.

Entre 1989 e 1999, na maioria dos agrupamentos ocupacionais, houve redução absoluta da remuneração média – medida em salários mínimos¹ - e as quedas foram tão mais acentuadas quanto mais elevada a remuneração no início do período, com exceção das *Ocupações de Direção Superior*, o agrupamento ocupacional com a maior remuneração média, que sofreu uma perda de apenas 2,4% neste indicador.

As perdas salariais mais acentuadas aconteceram nas *Ocupações Técnicas* e, nestas, sobretudo na categoria dos Engenheiros e Arquitetos, o segmento mais atingido pela reestruturação produtiva, entre os trabalhadores mais qualificados.

Apenas em dois grupos ocupacionais - exatamente aqueles que apresentavam as médias de remuneração mais baixas em 1989 - foram observadas melhorias nos rendimentos médios: as *Ocupações dos Serviços de Produção e dos Serviços Pessoais*, cuja remuneração média passou de 1,75 SM, em 1989, para 2,2 SM, em 1999 e, ainda assim, se manteve como a mais baixa do núcleo do mercado de trabalho metropolitano e as *Ocupações da Construção Civil etc.*, na qual se encontravam os Trabalhadores Braçais não Qualificados, cujo rendimento médio em salários mínimos registrou pequena elevação (+2,3%).

Também os dados sobre a distribuição dos rendimentos médios por classes de salário mínimo mostram que, em quase todos os agregados ocupacionais, ocorreu declínio da proporção de empregos nas classes de rendimento superiores a cinco salários mínimos, em alguns casos, acompanhada do aumento da proporção de empregos na faixa de remuneração mais baixa (até dois salários-mínimos mensais). A única exceção refere-se, mais uma vez, às ocupações de

¹ Nesse período, o salário-mínimo perdeu cerca de 35% do seu poder de compra.

Direção Superior, cuja proporção (cerca de 35%) de postos de trabalho na faixa de remuneração mais elevada (mais de 20 salários-mínimos) ficou praticamente inalterada.

QUADRO 3
 REMUNERAÇÃO MÉDIA EM DEZEMBRO EM SALÁRIOS MÍNIMOS AGRUPAMENTOS E
 SUBGRUPOS OCUPACIONAIS, RMS, 1989/1999

GRUPOS OCUPACIONAIS	Remun.Média	
	1989	1999
TÉCNICOS	14,82	10,07
Engenheiros Arquitetos	26,25	18,07
Técnicos Desenhistas Técnicos	11,96	6,73
Méd Cirurgiões Dentistas Méd Veterinário	11,66	7,59
PROFESSORES E OUTROS TÉCNICOS	6,06	5,15
PROFESSORES	5,86	4,69
DIREÇÃO SUPERIOR	20,24	19,75
OCUPAÇÕES ADMINISTRATIVAS	6,25	5,08
Agentes de Administração Pública	6,98	6,97
Trab Serv Administrativos	4,98	3,94
OCUPAÇÕES DO COMÉRCIO	3,55	3,42
Vendedores,Emp. de Comércio	2,78	2,74
OCUPAÇÕES DOS SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DOS SERVIÇOS PESSOAIS*	1,75	2,2
OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS**	7,65	5,85
OCUPAÇÕES INDUSTRIAIS**	5,41	4,27
OCUPAÇÕES DA C. CIVIL, COND. DE VEÍCULOS E BRAÇAIIS NÃO CLASSIF.	3,03	3,1
Trabalhadores da Construção Civil	2,61	2,67
Condutores de Veículos de Transportes	4,01	4,19
Trabalhadores Braçais não Classificados	2,31	2,81
Ignorado	3,54	4,68
TOTAL	5,47	4,92
FONTE:MTE/RAIS		

As informações sobre a distribuição dos postos de trabalho de cada agrupamento ocupacional por classes de remuneração em salários mínimos são particularmente importantes para melhor avaliar a expansão das ocupações mais qualificadas observada na década de 90.

Assim, o aumento da proporção de Ocupações Técnicas, no núcleo do mercado de trabalho da RMS, adquire outro significado quando se constata que, no final da década, 41% desses postos de trabalho estavam situados nas faixas de remuneração de até cinco salários-mínimos, e 64,4%, no patamar de até 10 salários-mínimos. Já no subgrupo dos Professores e Outros Técnicos, o achatamento salarial foi ainda mais acentuado: em 1999, 16,7% dos postos de trabalho deste agrupamento pagavam até 2 salários-mínimos mensais; 66% até 5 salários-mínimos e 90,7% até 10 salários- mínimos.

Em menor medida, essa performance de um dos agregados ocupacionais mais qualificados no núcleo do mercado de trabalho da RMS - reveladora do grau de precarização dos

postos de trabalho aí existentes – foi um fenômeno generalizado: em todas as categorias de ocupação, as oportunidades de um emprego bem remunerado tornaram-se menores, multiplicando-se as posições com remuneração igual ou muito inferior à remuneração média vigente do núcleo do mercado de trabalho regional no início do período estudado (cerca de 5,5 S.M).

Por fim, não pode ser esquecido que esse achatamento quase generalizado dos salários que, na maioria dos casos, levou à queda no desvio padrão, indicando uma menor dispersão dos salários no interior de cada categoria ocupacional, incidiu sobre uma estrutura de remunerações que, no início dos 1990, já revelava forte concentração de vagas nas classes de remuneração mais baixas.

Ao aumentar a proporção de postos de trabalho correspondentes a ocupações qualificadas e com baixa remuneração, o arrocho salarial da década, além de acentuar ainda mais este traço do núcleo do mercado de trabalho regional, certamente se constituiu também em um dos fatores que impulsionaram o desassalariamento de trabalhadores mais qualificados, os quais, sempre que têm condições de fazê-lo, se recusam a aceitar a degradação das condições e do nível de retribuição do seu trabalho, optando² pela alternativa do trabalho por conta própria, pela prestação de serviços como autônomo ou, ainda, nos pequenos negócios (SILVA, 2002, GRUN, 1998).

CONCLUSÕES

Considerada apenas a variação no peso relativo de cada um dos agrupamentos ocupacionais, poder-se-ia afirmar que o núcleo do mercado de trabalho da RMS vem sofrendo mudanças que se aproximam de uma polarização do postos de trabalho: aumento das ocupações mais qualificadas/superiores simultâneo à expansão das ocupações de baixa qualificação nos serviços e à redução das posições intermediárias do mercado de trabalho, representadas, particularmente pelas *Ocupações Industriais* (operários) e pelas Ocupações não manuais de rotina.

No entanto, quando observados os indicadores que revelam a qualidade dos postos de trabalho criados durante a década na RMS e, sobretudo, o perfil dos empregos correspondentes às ocupações mais qualificadas, vê-se que, apesar das aparências, o desempenho do núcleo do mercado de trabalho metropolitano difere muito dos desdobramentos imaginados em formulações que compreendem o atual momento do capitalismo como a transição para uma sociedade de serviços, cujo complexo de produção encerra, ao mesmo tempo, uma participação significativa de empregos mal remunerados – faxineiros, seguranças, trabalhadores na manutenção etc – e grandes concentrações de ocupações profissionais que pressupõem níveis elevados de conhecimento e de responsabilidade, crescentemente valorizadas e melhor retribuídas (SASSEN, 1998).

De fato, na RMS, a expansão dos grupos ocupacionais mais qualificados e associados a níveis mais elevados de escolaridade apresenta, como se viu, particularidades que reduzem bastante seu significado positivo e a distanciam do fenômeno que estaria ocorrendo nos mercados de trabalho das metrópoles globais.

² Parece claro que, para a maioria daqueles que vivenciaram a experiência de um emprego estável e com chances de carreira em grandes organizações, essa opção traduz mais a falta de alternativas e os constrangimentos insuportáveis colocados pelos novos empregos do que, propriamente, um projeto de vida, apesar do onipresente sonho dos estratos médios de tornar-se proprietário.

Trata-se, como já foi dito, de uma expansão que não traduz um movimento virtuoso de melhoria da qualidade dos empregos existentes na região. Pelo contrário, o que se constata é um empobrecimento do núcleo do mercado de trabalho, tanto pelo baixo nível de retribuição dos seus postos de trabalho – acompanhada da degradação de boa parte dos empregos pré-existentes – como pelo reduzido leque de boas opções que oferece aos trabalhadores com maior escolaridade. Tal situação, num contexto de ampliação da escolaridade média da população e de aumento dos contingentes de trabalhadores com diplomas de 2º e 3º graus, vai repercutir negativamente tanto sobre os trabalhadores com baixa escolaridade como sobre os portadores de diplomas mais elevados.

Essa re-configuração da estrutura ocupacional da RMS, na década de 90, não pode ser compreendida sem a consideração das diferenças existentes entre os países de centro e os da periferia, no contexto da economia globalizada e desregulada, uma vez que os perfis de mão-de-obra necessários e a magnitude de cada um dos segmentos de trabalhadores (mais escolarizados, menos escolarizados, etc.) vão depender da estrutura produtiva de cada país (e de cada região), a qual, por sua vez, está relacionada com a posição que cada um deles ocupa na divisão internacional (e nacional) do trabalho.

Como observa (ARRIGHI, 1997), esta posição indica as atividades que em cada cadeia produtiva - comandada por um pequeno número de conglomerados globais - estarão localizadas em um determinado país e chama a atenção para a distribuição desigual das atividades "de músculos e nervos" e das atividades "cerebrais" entre os países periféricos e os países de centro. Uma divisão do trabalho que, a depender da estrutura econômica, pode se reproduzir no interior de cada país, onde regiões periféricas encontram poucas possibilidades de expandir as atividades mais nobres, as quais tendem a se concentrar, cada vez mais, nas áreas que comandam o processo de acumulação em nível nacional.

Por essa razão, as exigências de trabalhadores com escolaridade muito elevada e especialização tecno-científica tendem a ser maiores (como proporção da força de trabalho) nos países do centro (e nas regiões mais desenvolvidas dos países periféricos), onde se localizam a alta administração e a pesquisa e desenvolvimento dos grandes conglomerados, ao que se soma todo um aparato técnico, científico e burocrático do Estado voltado para apoio a essas mesmas atividades.

No caso brasileiro, as transformações da década de 90 parecem apontar para uma reconcentração, nas regiões metropolitanas do Sudeste, dos empregos relativos às atividades mais dinâmicas na atual etapa do capitalismo - serviços financeiros, serviços nas áreas de informática, de pesquisa e desenvolvimento, de arquitetura, engenharia e de assessoramento técnico, além dos serviços de publicidade. Essas são atividades que, ao lado dos serviços de educação e saúde e da Administração Pública, tendem a incluir na sua estrutura ocupacional proporções mais elevadas de ocupações Técnicas e de *Direção Superior*.

Resta observar em que intensidade esse fenômeno vem ocorrendo, quais os agrupamentos ocupacionais mais afetados e, também, em que medida a precarização das ocupações mais qualificadas é um fenômeno associado à posição periférica da região (ou do país).

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BORGES, A. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, UFBA: 374, 2003



GRUN, R. A classe média no mundo do neoliberalismo. **Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 10, n. 1, p. 143-163, 1998.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, L. A. M. Da informalidade à empregabilidade. **Caderno CRH**, Salvador, Centro de Recursos Humanos, n. 37, p. 81-110, 2002.